

SCHULZ S/A

Formulário de Referência

Conforme Anexo 24 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 480”)

Data base: 31 de dezembro de 2016

10.1. - Comentários sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Os investimentos realizados, foram exclusivamente destinados no desenvolvimento de novos produtos, tanto na Divisão Compressores quanto na Divisão Automotiva e nas manutenções das máquinas e equipamentos.

Novamente, no que diz respeito ao desempenho 2016, as condições econômicas nacionais ficaram muito abaixo de nossas expectativas, inclusive orçamentárias. As exportações não tiveram a performance de 2015, por conta das exportações aos EUA, que foram comprometidas com a queda de produção de caminhões de aproximadamente 25%.

Mesmo num cenário conturbado e repleto de incertezas, a Schulz manteve seu foco no mercado internacional e nacional. Como resultado desta estratégia, continuamos aumentando sua participação nos mercados atendidos pelas suas divisões de negócios (Automotiva e Compressores). Mantivemos a condição de líder absoluta no mercado de compressores, com as campanhas de vendas agressivas e lançamentos de novos produtos, da qual também é líder na inovação com os lançamentos anuais.

A Schulz continua preparada para absorver o crescimento ou a reação no mercado de atuação, por conta do aumento do nosso *share*.

Os resultados alcançados em 2016, mesmo num cenário nacional extremamente recessivo, a SCHULZ mantém saudáveis condições patrimoniais e financeiras:

- I. Consistente geração de lucros compatível com o mercado ou o momento econômico;
- II. Geração de caixa operacional compatível com suas necessidades operacionais e financeiras, e garantindo os objetivos necessários com a atual estrutura de capital;
- III. A estrutura de capital própria e de terceiros está adequada, apoiada com contratos de financiamentos com custo competitivo e adequado apoio das instituições financeiras para fazer frente às demandas de curto e longo prazo;
- IV. Nível de endividamento compatível com sua demanda operacional.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. Hipóteses de resgate

Neste momento não há nenhuma deliberação por parte do Conselho de Administração, autorizando a Companhia a comprar suas ações.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A companhia possui um caixa disponível equivalente a 1.4 vezes em relação a todos os compromissos financeiros (empréstimos) de curto prazo, e crédito suficiente para as necessidades de renovação, ou alongamento da dívida bancária, se for necessário.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

Além dos recursos próprios, gerados pela atividade operacional, a Companhia possui operações junto ao BNDES-Exim Pré-embarque, dentre outras operações de crédito para o financiamento de ativos não-circulantes, tais como FINEP, FINAME e Finimp.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Quando necessário, temos linhas de crédito do BNDES(EXIM, FINAME), através de seus agentes repassadores, e outras linhas de créditos ofertados pelos bancos nacionais e internacionais, tais como; linhas de financiamento para capital de giro e para exportação.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

I. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Empréstimos e Financiamentos(Valor em Milhares de Reais)					Controladora		Consolidado	
					31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Modalidade	Taxa Média	Garantia	Moeda	Indexador	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$
BNDES - FINEM	SELIC +3,00% a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada		772		772
BNDES - FINEM	TJLP + 1,80% a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	946	936	946	936
BNDES - FINEM	TJLP (311) + 2,05 a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	3.716	3.690	3.716	3.690
BNDES - FINEM	3,0%, 3,5% e 4,0% a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	2.101	1.680	2.101	1.680
BNDES - FINEM	J. Res. 635 (Cód.001) 3,4 + 1,80% a.a	Fiança Bancária	Dólar	Pós-Fixada	1.475	1.125	1.475	1.125
BNDES-Exim-PSI	6,75% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	Real	Pré-Fixada	101.596	55.404	101.596	55.404
Cédula Crédito Bancário	120% do CDI(CDI + 1,5%)	Alienação Fiduciária	Real	Pós-Fixada		43		43
Cédula Crédito Bancário	Zero	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada		158		158
Exportação-NCE	CDI + 1,5% a.a.	Nota Promissória/Recebíveis	Real	Pós-Fixada	17.157	28.535	17.157	28.535
Exportação-NCE - Resol. 3622	5,5% a.a.	Nota Promissória	Real	Pré-Fixada		1.667		1.667
Exportação-NCE	Taxa Efetiva 11% a.a.	Sem Garantia	Real	Pré-Fixada	375	375	375	375
Finame	TJLP + 2,5% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	1.283	1.260	1.283	1.260
Finame	SELIC + 3,24% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	27	22	27	22
Finame	5,28% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	1.739	1.851	1.739	1.851
Leasing	100% do CDI(CDI + 1,5%)	Alienação Fiduciária	Real	Pós-Fixada	17	46	17	46
Pré-Pgto. Export	VC + Libor + 3,73% a.a	Nota Promissória	Dólar	Pós-Fixada	21.926	29.771	21.926	29.771
Resolução 4131	VC + Libor + 2,60% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	Dólar	Pós-Fixada	13.421	16.152	13.421	16.152
Vendor	105% do CDI	Nota Promissória	Real	Pós-Fixada	5.358	4.396	5.358	4.396
Total do Circulante					171.137	147.883	171.137	147.883
Modalidade	Taxa Média	Garantia	Moeda	Indexador	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$
BNDES - FINEM	TJLP + 1,80% aa	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	940	1.853	940	1.853
BNDES - FINEM	TJLP (311) + 2,05 a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	14.264	9.906	14.264	9.906
BNDES - FINEM	3,0%, 3,5% e 4,0% a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	5.508	7.597	5.508	7.597
BNDES - FINEM	J. Res. 635 (Cód.001) 3,4 + 1,80% a.a	Fiança Bancária	Dólar	Pós-Fixada	3.582	4.790	3.582	4.790
BNDES-Exim-PSI	5,5 e 8,0% a.a	Nota Promissória	Real	Pré-Fixada	-	100.000	-	100.000
Exportação-NCE	100% do CDI	Sem Garantia	Real	Pós-Fixada	33.206	29.123	33.206	29.123
Exportação-NCE	CDI + 1,5% a.a.	Nota Promissória/Recebíveis	Real	Pós-Fixada	7.143	24.011	7.143	24.011
Exportação-NCE	Taxa Efetiva 11% a.a.	Sem Garantia	Real	Pós-Fixada	20.000	20.000	20.000	20.000
Finame	TJLP + 3,18% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	4.183	5.031	4.183	5.031
Finame	SELIC + 3,24% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	67	82	67	82
Finame	5,28% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	6.310	8.031	6.310	8.031
Leasing	100% do CDI(CDI + 1,5%)	Alienação Fiduciária	Real	Pós-Fixada		22		22
Pré-Pgto. Export	VC + Libor + 3,73% a.a	Nota Promissória	Dólar	Pós-Fixada	73.868	42.579	73.868	42.579
Resolução 4131	VC + Libor + 2,60% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	Dólar	Pós-Fixada		15.942		15.942
Total do Não Circulante					169.071	268.967	169.071	268.967
Total de Empréstimos e Financiamentos					340.208	416.850	340.208	416.850
Escalonamento da Dívida					31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Em até 6 meses					40.027	85.506	40.027	85.506
De 6 meses a 1 ano					131.110	62.377	131.110	62.377
De 1 a 2 anos					106.347	158.796	106.347	158.796
De 2 a 3 anos					48.824	81.896	48.824	81.896
De 3 a 5 anos					11.798	23.809	11.798	23.809
Acima de 5 anos					2.102	4.466	2.102	4.466
Total de Empréstimos e Financiamentos					340.208	416.850	340.208	416.850
Dívida por Tipo de Moeda					31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Reais - R\$		CP			134.315	100.835	134.315	100.835
Dólar Norb-Americano - US\$		CP			36.822	47.048	36.822	47.048
Reais - R\$		LP			91.621	205.656	91.621	205.656
Dólar Norb-Americano - US\$		LP			77.450	63.311	77.450	63.311
Total de Empréstimos e Financiamentos					340.208	416.850	340.208	416.850
Dívida por Indexação					31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Taxas Pré-Fixadas					115.580	173.881	115.580	173.881
Taxas Pós-Fixadas					224.628	242.969	224.628	242.969
Total de Empréstimos e Financiamentos					340.208	416.850	340.208	416.850

I. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Vide demonstrativo acima

II. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica

III. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não há qualquer tipo de restrição, salvo em caso de alienação de controle societário. As cláusulas e condições normalmente existentes nos contratos financeiros, para fins de garantia, não

caracterizam restrições significativas que possam causar limitações na gestão da Companhia.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A Schulz sempre soube aproveitar muito bem as oportunidades comerciais do mercado. Em 2016 não foi diferente, pois mesmo com a queda do faturamento, foi mantido o “*share*” da Divisão Compressores. Já no segmento da Divisão Automotiva a nossa participação teve aumento significativo, mesmo com a queda na produção e vendas de caminhões, ônibus e implementos agrícolas.

Mantida a política de baixa exposição cambial passiva, o que contribuiu significativamente com a redução das despesas financeiras líquidas da ordem de 72%.

Entretanto o resultado foi comprometido com a significativa baixa da produção, resultando na queda de produtividade e aumento dos custos, e agravada pelo aumento da energia elétrica.

10.2. Comentários sobre:

a) Resultados das operações do emissor:

I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Na Divisão Compressores são os compressores de ar comprimido (linha industrial e serviços) que são vendidos em sua grande maioria para o comércio e indústrias. Na Divisão Automotiva são os componentes de ferro fundidos, usinados e pintados vendidos para as indústrias montadoras de caminhões, ônibus, tratores, implementos agrícolas.

II. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais foram:

- aumento dos custos por conta da queda de produtividade;
- o aumento da energia elétrica;

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Salvo os impactos negativos pela variação cambial das exportações, as receitas não tiveram impacto relevante por conta das modificações dos preços. O faturamento foi sustentado principalmente com o aumento do nosso share, que ajudou a reduzir significativamente a queda das vendas. Obviamente os novos produtos que estão inseridos na receita, foram e estão alinhados com o planejamento orçamentário do exercício, porém, muito aquém do potencial de vendas existentes.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Além dos efeitos mencionados anteriormente, houve majoração significativa de alguns insumos e matérias primas, como por exemplo; chapas de aço, motores elétricos e outros insumos.

10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2016 houve a constituição da filial Shanghai Schulz Compressor Co. Ltd., na China, que está em fase pré-operacional.

c. Eventos ou operações não usuais

Nada a destacar.

10.4. Comentários sobre

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

A Schulz passou a adotar, a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009 (“balanço de abertura”), todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais - IFRS. Desta forma, determinados saldos relativos ao exercício de 2009, anteriormente divulgados, foram ajustados de modo a refletir as alterações decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos e permitir a comparabilidade entre os períodos apresentados nas respectivas Notas Explicativas.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os principais efeitos significativos que foram gerados por conta do comentário anterior estão extensivamente demonstrados e aplicados no relatório das notas explicativas.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os pareceres dos nossos Auditores Independentes foram emitidos sem ressalvas, nos últimos 03 (Três) exercícios.

10.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente, dessa forma, não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo custo ou valor justo.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas

no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Schulz S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Controlada	País	% de Participação	
		31/12/2016	31/12/2015
Schulz of América, Inc.	USA	100,00%	100,00%
Shanghai Schulz Machinery CO.,LTD	China	100,00%	100,00%
Shanghai Schulz Compressor (Pré-Operacional)	China	100,00%	0,00%
Investimento Schulz Compressores S.A (Pré-Operacional)	Brasil	99,98%	99,98%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação dos investimentos nas sociedades controladas na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- c) Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação; e,
- d) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

Mudanças em Políticas Contábeis

No processo de convergência ao IFRS (*International Financial Reporting Standards*) conforme as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos

Contábeis (CPC), as principais mudanças com impactos sobre as políticas contábeis adotadas pela empresa foram:

- a) A mensuração de determinados ativos financeiros mantidos para negociação ao valor justo por meio do resultado.
- b) A reclassificação de itens do ativo imobilizado para o ativo intangível e a interrupção da amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida.
- c) A realização de testes de recuperabilidade dos ativos nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01, sempre que houver indicações internas ou externas que estes possam estar sobrevalorizados.
- d) Criação da conta de ajuste de avaliação patrimonial para contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.
- e) Avaliação do valor justo do imobilizado para determinação do custo atribuído (*deemed cost*) e a respectiva revisão da vida útil.
- f) Divulgação dos benefícios decorrentes de assistência governamental na forma de concessão de empréstimos com juros inferiores aos juros normalmente praticados pelo mercado.
- g) Registro de despesas pré-operacionais diretamente no resultado e não mais no ativo diferido.

Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

Conversão de Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

- a) Transações em moeda estrangeira

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

b) Conversão de controlada no exterior

Os ativos e passivos de controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações contábeis e as correspondentes demonstrações de resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes das referidas conversões são contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, até a venda desse investimento, quando os saldos serão registrados na demonstração do resultado do exercício.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (*impairment*).

Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente quando relevante e ajustado pela provisão para *impairment* se necessária.

Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Investimentos

a) Investimentos em sociedades controladas

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

b) Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são mantidas para auferir aluguel ou para valorização do capital. Não são mantidas para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, finalidades administrativas ou venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades para investimento são inicialmente reconhecidas pelo seu custo e após o reconhecimento inicial a companhia mensura as propriedades para investimento pelo método do valor justo, sendo as variações do valor justo reconhecidas no resultado.

Imobilizado

O valor justo apurado em 1º de janeiro de 2010 foi considerado como o custo atribuído destes ativos em 1º de janeiro de 2009, data de transição as normas internacionais de contabilidade (IFRS – *International Financial Reporting Standards*).

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Ativos com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “ativo intangível”. O deságio, quando ocorrer é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (impairment) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment, que não são revertidas.

b) Licenças

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

c) Desenvolvimento de Projetos

Os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros.

Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Arrendamentos

Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido. Arrendamento mercantil operacional é um arrendamento mercantil que não se enquadra como arrendamento mercantil financeiro.

Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como ativos e passivos similarmente a operações de financiamento por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil. Os pagamentos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro lançado ao resultado e redução do passivo em aberto.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

Participação nos Resultados

A Companhia reconhece como provisão de despesas de participação (outras despesas operacionais) e no passivo, a provisão de participação nos resultados com base no programa PPR, cujo acordo foi aprovado pela Comissão de Fábrica e protocolado no Sindicato Laboral, e que leva em conta a avaliação de desempenho comparada com as metas setoriais internas. A Diretoria Estatutária, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal não participam deste programa.

Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A empresa reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;

- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e,
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Subvenções Governamentais

Subvenção governamental é uma assistência governamental geralmente na forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não só restrita a ela, concedida a uma entidade normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade.

Subvenções relacionadas a ativos são subvenções governamentais cuja condição principal para que a entidade se qualifique é a de que ela compre, construa ou de outra forma adquira ativos de longo prazo. Também podem ser incluídas condições acessórias que restrinjam o tipo ou a localização dos ativos, ou os períodos durante os quais devem ser adquiridos ou mantidos.

As subvenções governamentais, quando tratar-se de concessão de empréstimo com juros inferiores ao mercado são contabilizados e divulgados os efeitos da assistência governamental da qual a companhia tenha se beneficiado.

A subvenção governamental deve ser lançada no resultado da companhia pelo regime de competência e transferida para Reserva de Incentivos Fiscais na destinação do lucro líquido ao final do exercício social.

Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) Constituição de provisão para perdas nos estoques;
- c) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) *Impairment* dos ativos imobilizados, intangíveis e ágio; e,
- e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa

Ajuste a Valor Presente

Os elementos integrantes do ativo e passivo monetários, decorrentes de operações de longo prazo, e os de curto prazo quando o efeito for relevante são ajustados a valor presente, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.**

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

- b. Natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais

10.8. Comentários dos diretores sobre os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

I. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos previstos são da ordem de R\$ 30 milhões, alguns já em andamento, aplicados em sua grande maioria a projetos de desenvolvimento de novos produtos, para a manutenção da capacidade produtiva, e iniciamos atualização tecnológica em algumas linhas de produção, contemplando robotização, mudanças de processos de produção, com o propósito reduzir custos diretos.

II. Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos planejados para 2017 deverão ser financiados basicamente através da geração própria de caixa, e linhas de financiamento disponíveis e outras estruturas que o mercado financeiro ofertar, principalmente em relação às linhas de crédito/financiamentos de longo prazo.

III. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há nenhum fato a comentar.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

I. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

As divulgações rotineiramente acontecem anualmente nas convenções de vendas internas, dos produtos que estão em desenvolvimento e que serão lançados no mercado ao longo de cada exercício social, e que não são divulgadas antecipadamente no mercado consumidor.

II. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Em 2016 foram investidos R\$ 12,5 milhões em P&D, sendo R\$ 3,4 milhões na Divisão Compressores e R\$ 9,1 milhões na Divisão Automotiva.

III. Projetos em desenvolvimento já divulgados

A política adotada pela Companhia é por não divulgar antecipadamente os novos projetos dos produtos para o mercado.

IV. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os investimentos aplicados em desenvolvimento de novos produtos, em 2016, totalizaram R\$ 1,2 milhões.

10.9 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não temos outros fatores a comentar, além do que já foi comentado nos itens anteriores.

12. ASSEMBLÉIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

12.5. ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Data da Eleição	Posse	Mandato
Waldir Carlos Schulz	66 Anos	Industrial	081.756.919-72	Presidente Conselho de Administração	27.03.2014	27.03.2014	3 anos
Ovandi Rosenstock	75 Anos	Industrial	121.181.509-97	Vice Pres. Conselho de Administração	27.03.2014	27.03.2014	3 anos
Mário Kruger	78 Anos	Administrador Empresas	002.887.059-04	Conselheiro de Administração	27.03.2014	27.03.2014	3 anos
Gert Heinz Schulz	70 Anos	Industrial	033.330.009-20	Conselheiro de Administração	27.03.2014	27.03.2014	3 anos
Fábio Girolla	44 Anos	Advogado	751.511.119-49	Conselheiro de Administração	27.03.2014	27.03.2014	3 anos
Sérgio Eduardo Ferreira Rodarte	68 Anos	Administrador de Empresas	133.230.836-87	Conselheiro de Administração	27.03.2014	27.03.2014	3 anos

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Data da Eleição	Posse	Mandato
Ovandi Rosenstock	75 Anos	Industrial	121.181.509-97	Diretor Presidente	27.03.2014	27.03.2014	3 anos
Waldir Carlos Schulz	66 Anos	Industrial	081.756.919-72	Diretor Vice Presidente	27.03.2014	27.03.2014	3 anos

CONSELHO FISCAL

Nome	Profissão	CPF	Cargo	Data da Eleição	Posse	Mandato
Daniel Vaz Rodarte - Titular	Administrador Empresas	025.068.936-79	Conselheiro Fiscal	29.04.2016	29.04.2016	1 ano
Paulo Roberto Francheschi - Suplente	Contador	171.891.289-72	Conselheiro Fiscal	29.04.2016	29.04.2016	1 ano
Paulo Eduardo Dias da Costa - Titular	Advogado	577.047.329-00	Conselheiro Fiscal	29.04.2016	29.04.2016	1 ano
Marcos Luiz Krelling - Suplente	Administrador Empresas	094.794.819-87	Conselheiro Fiscal	29.04.2016	29.04.2016	1 ano
Celso Meira Júnior - Titular	Advogado	556.519.099-15	Conselheiro Fiscal	29.04.2016	29.04.2016	1 ano
Airton Dejair Romão - Suplente	Administrador Empresas	055.077.409-25	Conselheiro Fiscal	29.04.2016	29.04.2016	1 ano
Flávio de Queiroz Miranda - Titular	Contador	193.433.868-00	Conselheiro Fiscal	29.04.2016	29.04.2016	1 ano
José Antônio Martins - Titular	Economista	506.013.509-87	Conselheiro Fiscal	29.04.2016	29.04.2016	1 ano
Rufino Salves de Siqueira - Suplente	Consultor formado em Letras	560.904.808-78	Conselheiro Fiscal	29.04.2016	29.04.2016	1 ano
Paulo Guilherme Lopes Wyss - Suplente	Advogado	246.242.618-36	Conselheiro Fiscal	29.04.2016	29.04.2016	1 ano

12.6. ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Formação acadêmica e experiência profissional

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome: Waldir Carlos Schulz

Economista, experiente administrador empresarial, conhecimentos técnicos em contabilidade, custos e sistemas administrativos em geral. Mais de 43 anos dedicados a SCHULZ S.A.

Nome: Ovandi Rosenstock

Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Joinville. É um dos fundadores da SCHULZ, tendo atuado como Diretor Comercial e como Diretor Superintendente, antes de assumir a Presidência Executiva em 1.996. Foi Presidente da Abimaq/Sindimaq, Vice-Presidente da Associação Empresarial de Joinville (por duas gestões 06 anos), e Vice-Presidente da Abifa – Associação Brasileira de Fundição.

Foi Diretor do Sindicato da Indústria Metalúrgica de Joinville, e representa atualmente esta associação nas reuniões da Federação das Indústrias de Santa Catarina. É também Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC. Experiente e dinâmico empresário do setor metal-mecânico, com mais de 47 anos dedicados a SCHULZ S/A. tanto no âmbito Nacional como Internacional. Responsável pela presidência e coordenação geral dos negócios da Companhia, usando suas experiências e conhecimentos em administração na empresa e na coordenação geral da diretoria e do grupo de gestores da companhia.

Nome: Mário Kruger

Formado em Administração de Empresas, com Pós-Graduação em Finanças. Foi Professor de Metalurgia na E.T.T., hoje SOCIESC. Foi Superintendente Industrial por 14 anos e posteriormente Diretor de Projetos Especiais da SCHULZ. É, também: Diretor Regional da ABIFA- Associação Brasileira de Fundição; Diretor Tesoureiro do Sindicato das Industrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Joinville; Membro Nato

da SCBVJ – Sociedade Corpo de Bombeiros voluntários de Joinville; Membro do Conselho da ACIJ – Associação Empresarial de Joinville; Representante da ACIJ, junto ao CCJ – Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão Norte; Membro do Conselho Fiscal da SOCIESC – Sociedade Educacional de Santa Catarina e Membro do Conselho Fiscal do MCE – Movimento Catarinense para Excelência..

Nome: Gert Heinz Schulz

Técnico metalúrgico, com experiência em produção, moldes, ligas, desenvolvimento de processos produtivos. Foi Diretor Industrial por mais de 28 anos da SCHULZ.

Nome: Fábio Girolla

Formado em Direito pela Universidade Regional de Blumenau, com especialização em Direito Público, Tributário e Empresarial. MBA em Direito de Economia da Empresa pela Fundação Getúlio Vargas. Atuou como advogado na Cassuli Advogados Associados (1992 a 1997). Sócio Fundador e Advogado na Martinelli Advocacia Empresarial (1997 a 2001). Atualmente é Sócio Fundador e Advogado na Bornhausen Advogados Associados (OAB/SC 763/2002) em Joinville, SC. Advogado Membro da Ordem dos Advogados do Brasil – Santa Catarina. Exerce ainda função de Conselheiro Fiscal Titular na Dohler S.A. e na Companhia Águas de Joinville.

Nome: Sérgio Eduardo Ferreira Rodarte

Administrador formado em Administração de Empresas pelo Centro Universitário UNA. É gestor do Clube Sol de Investimentos, Diretor da Sun Investments Overseas LTD

CONSELHO FISCAL

Nome: Daniel Vaz Rodarte

Formado em Administração de Empresas, atua como Gestor do Clube de Investimentos SOL e Clube de Investimentos DR. Foi Conselheiro Fiscal da Mercantil Financeira S.A. e do Banco Mercantil do Brasil. Membro do Conselho de Administração da empresa Pettenati S.A. Indústria Têxtil desde 2012.

Nome: Paulo Roberto Franceschi

Formação Acadêmica: Graduado em Ciências Contábeis pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná e em Ciências Econômicas pela FAE Business School. Principais atividades profissionais: Sócio da AUDICONTROL Auditoria e Controle, escritório de auditoria independente e consultoria nas áreas contábil e fiscal, desde 1995. □ Sócio sênior, tendo como responsabilidade a condução estratégia do negócio, responsabilidade técnica dos trabalhos em conjunto com os demais sócios, e a administração geral da empresa. A Audicontrol atua no ramo de consultoria tendo em sua carteira de clientes empresas dos ramos: Usina de Açúcar e Alcool, Construção civil, Revenda de veículos e tratores, Holding, Administradora de Bens, Hotelaria, Tintas, Quimica, dentre outros. Dentre outras empresas, trabalhei no Citibank por um período de 4 (quatro) anos, em seguida, em empresa de Auditoria Internacional (PriceWaterhouseCoopers) por 18 anos, antes de estabelecer a sociedade Audicontrol. Participação em Conselhos e Comitê de Auditoria: Membro titular do Conselho Fiscal, conforme estabelecido no artigo 163 da Lei 6.404/76, das seguintes empresas: BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A. eleito na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de novembro de 2013. Empresa do Conglomerado do Banco do Brasil; BEMATECH S.A. – a partir de abril de 2004 reconduzido em Abril de 2013; EQUATORIAL ENERGIA S.A. – a partir de abril de 2010 – reconduzido em Abril de 2013; TRIUNFO PARTICIPAÇÕES e INVESTIMENTOS S.A. a partir de abril de 2011 – reconduzido em Abril de 2013; CENTRAIS ELETRICAS DO PARÁ S.A. CELPA, a partir de 01 de novembro de 2012 – reconduzido em Abril de 2013; Membro Suplente do Conselho Fiscal, conforme estabelecido no artigo 163 da Lei 6.404/76, das seguintes empresas: CIA. ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE – A partir de Abril de 2013; TECNISA S.A. – A partir de Abril de 2013; Ex.- Membro de Conselho Fiscal, Conselho

Econômico e de Comitê de Auditoria das seguintes empresas/entidade: KEPLER WEBER S.A.- Conselheiro Fiscal - titular - Exercício de 2012; REDENTOR ENERGIA S.A. – Conselheiro Fiscal - titular - Exercício de 2010; SIDERQUIMICA S.A. – Empresa de capital fechado - Conselheiro fiscal titular – Exercício de 2008; POSITIVO INFORMÁTICA S.A. Membro do Comitê de Auditoria, como órgão de Assessoria do Conselho de Administração, para os exercícios de 2007 e 2008; MITRA DA ARQUIDIOCESE DE CURITIBA – Membro titular do Conselho Econômico da Mitra no período de Maio de 2005 a Abril de 2010.

Nome: Paulo Eduardo Dias Costa

Auditor da Martinelli Auditores (1992 a 1997). Sócio Advogado da Martinelli Advocacia Empresarial (1998 a 2012). Atualmente é sócio advogado da Costa, Martins, Meira e Rinaldi Advogados associados OAB/SC 1829 (CMMR Advogados) em Joinville-SC. Advogado membro da Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal e Minas Gerais. Conselheiro Estadual da OAB/SC de 2010 a 2012. É também atual Conselheiro fiscal suplente da Wetzel e na Pettenati Industria Textil S.A. Conselheiro Fiscal Titular da Dolher S.A no período de 2002 a 2012, e da empresa Móveis Weihermann S.A. no período de 2008 a 2010.

Nome: Celso Meira Júnior

Atuou como Gerente Jurídico das Empresas Engepasa – Engenharia do Pavimento S.A. até 1998, Cipla S.A. até 1999. Sócio Advogado do Martinelli Advocacia Empresarial de 2000 a 2012. Atualmente é sócio advogado da CMMR Advogados em Joinville-SC. Advogado membro da Ordem dos Advogados do Brasil – Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal e Minas Gerais. Atuou como conselheiro fiscal nas empresas: Dohler S.A., Adami S.A. e Móveis Weihermann S.A. Atualmente é conselheiro fiscal das empresas: Pettenati S.A. Indústria Têxtil e Wetzel S.A.

Nome: Airton Dejair Romão

Experiência Profissional: Jaraguá Fabril S.A. – 1969 a 1976, contador; Martinelli Auditores – 1977 a 2000, auditor; atualmente Sócio-Diretor da empresa Merko-Sul Contabilidade e Consultoria Empresarial S/S. Ex-membro do Conselho Fiscal das empresas: Cia. Latino Americana de Medicamentos – como efetivo e Marisol S.A. – como suplente. 2) Formação Acadêmica: Bacharel em Administração de Empresas pela UNIVILLE – CRA/SC 5343 e Técnico em Contabilidade pela Escola de Comércio São Luiz – CRC/SC 007476/0-OT.

Nome: Marcos Luiz Krelling

Formação Acadêmica: Formação Superior em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Administrativas de Joinville (SC) em 1975, registrado no CRA de SC em 21.02.1994 sob nr. 4788. Experiência Profissional: Iniciou sua carreira na Tigre em Janeiro de 1966, passando por funções junto às áreas Financeira, Acionistas, Assistência Técnica/Produtos, Assessor da Diretoria. No período de janeiro de 1980 a janeiro de 1991 foi o Gerente Geral da unidade da Tubos e Conexões Tigre do Nordeste S.A. em Camaçari (BA), fabricante de tubos e conexões de PVC rígido, da qual liderou todo o processo de construção, implantação e administração da planta industrial. No período de Janeiro de 1992 a Outubro de 1994 como Assessor da Presidência na Tigre-Matriz em Joinville (SC), onde, entre outras atividades, liderou processo de incorporação de novas unidades adquiridas pela companhia. No período de Novembro 1994 a Julho 1998 como Gerente Geral da Tecnomecânica S.A., fabricante de compressores de ar comprimido a pistão e rotativos. De julho 1998 a Outubro 2005 como Gerente Geral da Somar S.A. Indústrias Mecânicas, do ramo metal-mecânico. Outubro 2005 a Abril 2009 como Sócio-Diretor da MCA Têxtil Ltda., que fabrica e comercializa roupas infantis para os grandes magazines e linha própria de produtos. Em consultoria nas áreas de administração, finanças, produtividade, planejamento estratégico e seleção de executivos do alto escalão pela MLK Consultoria Empresarial Ltda., de maio 2009 a fevereiro 2010. De Março 2010 a atual como Diretor Geral na Agemed Saúde S.A., operadora do ramo de planos de saúde empresarial. De fevereiro a abril 2013 atuou como Gerente de Fiscalização e Tributos da Prefeitura Municipal de Joinville. De Abril 2013 a fevereiro 2014 foi Diretor Presidente do Hospital Municipal São José de Joinville. De Fevereiro

2014 até a presente data é Diretor Comercial, Administrativo e Financeiro da Cia. Águas de Joinville. É também Diretor Administrativo (voluntário) da Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, Titular do Conselho Fiscal do Colégio Bom Jesus/IELUSC de Joinville.

Nome: Flávio de Queiroz Miranda

Formação Acadêmica: Bacharel em Ciências Contábeis 2002 – Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP). Registrado no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo - SP sob n. 1SP223115-O-9. Auditor Certificado no Cadastro Nacional de Auditores Independentes – CNAI, nas categorias Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Banco Central do Brasil (Bacen). Experiência Profissional: mais de 17 anos de experiência (sendo 6 anos em cargo gerencial chegando a função de Gerente Sênior) atuando em serviços de auditoria e consultoria para grandes instituições financeiras e não financeiras, locais e internacionais, e em trabalhos de execução de projetos de fusões e aquisições (i.e. coordenação de mandatos de compra e venda). No período de 2011 a 2015, trabalhou na Ernst Y Young assessorando multinacionais e instituições financeiras na execução de projetos de fusões e aquisições (i.e. coordenação de mandatos de compra e venda), para grandes instituições financeiras e não financeiras, locais e internacionais. No período de 2006 a 2011, trabalhou na Ernst & Young (sendo 4 anos em cargo gerencial), atuou como auditor de instituições financeiras, indústrias, prestadoras de serviços nacionais e internacionais, tendo conduzido vários trabalhos de auditoria estatutária e projetos especiais (e.g. Procedimentos Pré-Acordados, Reporting para a Matriz) para grandes clientes, bem como de trabalhos para diversas finalidades (e.g. revisões trimestrais, elaboração de demonstrações financeiras em US GAAP. Também no período de 1999 a 2004 trabalhou na Trevisan Auditores Independentes, atuando como auditor de instituições financeiras, indústrias, prestadoras de serviços nacionais e internacionais. Atualmente atua como Sócio Diretor da FQ Contabilidade, Auditoria e Assessoria Empresarial, sendo responsável por todas as atividades administrativas e financeiras.

Nome: José Antônio Martins

Formação Acadêmica:

Advogado – OAB/SC 31.277 formado na Associação Catarinense de Ensino – Faculdade Guilherme Guimbala Conclusão do curso – 2010

Economista – CORECON (SC) 24.079-4 formado na Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE Conclusão do curso - 1993

Técnico Contábil – CRC/SC 014806-0 formado no Colégio Estadual Luiz Bertolli Conclusão do curso - 1977

Extensões:

Pós-graduação em Macroeconomia na Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE Conclusão do curso: 1996

Governança Corporativa no IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - Curitiba Conclusão do curso: 2011

Experiência Profissional:

1983 a 1996 - Formação/profissional desenvolvida na área de auditoria contábil e fiscal.

1997/2001 - Empresa: Fabio Perini S.A – Indústria de Máquinas, Cargo: Diretor Financeiro, Atividade: Multinacional Italiana, fabricante de máquinas e equipamentos para indústria de transformação de papel.

2001/2005 - Empresa: Joinpaper Ltda, Cargo: Diretor Financeiro, Atividade: Multinacional Italiana, fabricante de máquinas e equipamentos para indústria de transformação de papel.

2006 a 2012 - Martins Assessoria Tributária e Empresarial Ltda., Cargo: Sócio, Atividade: Consultoria fiscal e tributária

2012 a 2016 - Costa Martins Meira e Rinaldi Advogados Associados, Cargo: Sócio, Atividade: Serviços de advocacia empresarial com especialização em direito tributário e societário.

Nome: Rufino Salves de Siqueira

Consultor formado em letras.

Nome: Paulo Guilherme Lopes Wyss

Formação Acadêmica: Bacharel em Direito – 1990 - Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP); Master em Finanças (MBA) – 2003 - Fundação Getúlio Vargas – SP; Especialização em Business Recovery/Corporate Turnaround – 2005 - Harvard Business School – EUA; Registrado na Ordem dos Advogados do Brasil – seção São Paulo - sob n. 115.319.; Membro no Brasil da Câmara de Comércio Britânica (British Commerce Chamber); Membro da Ordem dos Advogados do Brasil – seção São Paulo, Brasil; Membro (Premium Educator) da Comunidade de Professores da Harvard Business Publishing. Experiência Profissional: mais de 27 anos de experiência em consultoria para grandes instituições financeiras e não financeiras, seguradoras, etc., locais e internacionais, trabalhos de reestruturação de dívidas, trabalhos de execução de projetos de fusões e aquisições (i.e. coordenação de mandatos de compra e venda). No período de 2008 até 2014 trabalhou na Ernst & Young atuando como Executivo sênior da Ernst & Young do grupo de Valuation and Business Modelling, com dedicação a trabalhos de assessoria em transações / suporte a negócios, envolvendo avaliações econômicas, modelagem financeira, e consultoria estratégica para grandes conglomerados e instituições financeiras. Foi responsável pela coordenação destes serviços para instituições financeiras (e.g. bancos, seguradoras, asset managers, corretoras). Tais serviços incluíam a assessoria em negociações (M&A), avaliações financeiras, reestruturação de negócios / recuperação judicial (business recovery), modelagem financeira, estudos de viabilidade e due diligence. Fui responsável pela elaboração de planos de negócios e análises de viabilidade para clientes de diversos segmentos econômicos, e frequentemente estava em contato com altos executivos (i.e. C-Suite Level, diretoria, conselho de administração) na execução de projetos de alta complexidade. No período de 2001 até 2008 trabalhou na PricewaterhouseCoopers - Corporate Finance & Recovery atuando como Diretor, sendo responsável por inúmeros trabalhos de reestruturação de dívidas em diversas indústrias no Brasil, como membro sênior do Latin American Business Recovery Group da PwC. Atuou como Perito (expert witness) em procedimento arbitral realizado em New York na American Arbitration Association envolvendo disputa relacionada a sócios Brasileiros e Estrangeiros, que discutia litígio societário de empresa constituída no Brasil. No período de 1989 até 2000, trabalhou na KPMG - KPMG Corporate Finance. Trabalhou durante dois anos (de 1997 a 1999) em Londres (RU), aonde se dedicou à prática de M&A para a indústria financeira da KPMG Llp. Neste período foii responsável pela estruturação de um network interno da KPMG dedicado à identificação de oportunidades de negócios na área

de seguros na Europa (denominado KPMG insurance M&A Network), que incluía o Reino Unido, França, Itália, Alemanha e Espanha. Participou de vários projetos envolvendo transações públicas e privadas nestes mercados. Atualmente atua como Diretor Administrativo Financeiro no Grupo RG Log, sendo responsável por todas as atividades administrativas e financeiras do Grupo RG Log, um operador logístico com operações em todo o território nacional, que atua em diversos segmentos. Nesta função, é responsável pelo relacionamento com bancos (e.g. negociação de linhas de crédito, captações), grandes fornecedores e clientes-chave, além de outros stakeholders.

12.7/8. COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS

A companhia não possui comitês.

12.9. RELAÇÕES CONJUGAIS, UNIÕES ESTÁVEIS OU PARENTESCO ATÉ O SEGUNDO GRAU ENTRE:

Exceto para o caso do Sr. Waldir Carlos Schulz, que é Presidente do Conselho de Administração e diretor vice-presidente da companhia, e do Sr. Gert Heinz Schulz, membro do Conselho de Administração, que possuem relação de parentesco de 1º grau, os demais administradores não possuem qualquer grau de parentesco entre si.

12.10. RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU CONTROLES MANTIDOS, NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ENTRE ADMINISTRADORES DA COMPANHIA E:

- a) **Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia;**
Não se aplica.
- b) **Controlador direto do emissor;**
Não se aplica
- c) **Fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes:**

Inexistente a relação.

12.11. ACORDOS (INCLUSIVE APÓLICES DE SEGUROS) ESTABELECENDO O PAGAMENTO OU O REEMBOLSO DE DESPESAS SUPOSTADAS PELOS ADMINISTRADORES, DECORRENTES DA REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS A TERCEIROS OU À COMPANHIA, DE PENALIDADES IMPOSTAS POR

AGENTES ESTATAIS E ACORDOS COM O OBJETIVO DE ENCERRAR PROCESSOS ADMINISTRATIVOS OU JUDICIAIS, EM VIRTUDE DO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES

A companhia não possui apólice de seguro contratada de D&O (*Directors & Officers*).

12.12. PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Companhia entende que as divulgações de informações da Companhia são pautadas nas mais rigorosas práticas de governança corporativa, e que mantém um canal de comunicação adequado com investidores.

12.13. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Todas as informações relevantes relativas a este item estão descritas nos itens anteriores.

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal e dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

Conselho de Administração

A prática de remuneração da Companhia, no que tange aos membros do seu Conselho de Administração, objetiva corresponder à contraprestação devida pelo relevante papel exercido pelo Conselho na gestão, obedecido o limite fixado pela Assembleia de Acionistas.

Diretoria Estatutária

A prática de remuneração da Diretoria visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. A remuneração da diretoria estatutária, que obedece o limite fixado pela Assembleia de acionistas, é composta de pró-labore, reajustado de acordo com a política salarial dos empregados da Companhia, bem como da participação nos resultados em conformidade com a previsão estatutária.

Diretoria Não Estatutária

A remuneração da Companhia no que tange aos membros da sua Diretoria não estatutária é baseada nas práticas de mercado, identificadas mediante pesquisas e sondagens que consideram empresas de porte ou características similares, existindo um alinhamento entre os resultados obtidos e uma boa remuneração aos diretores. A prática de remuneração visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. A política de remuneração dos seus membros é segundo a legislação existente, pois todos são contratados em regime CLT, objetivando a busca de resultados no aferimento da remuneração de cada diretor. Os diretores também participam do Programa de Participação dos Resultados em conformidade com as regras dos demais funcionários.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus à remuneração fixa, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função, e será fixada pela assembleia geral que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles: Conselho de Administração/ Diretoria Estatutária/ Diretoria não Estatutária

- Salários e pró-labore – correspondem à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a Contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades em cada cargo;
- Participação nos resultados – correspondem à remuneração variável e tem por objetivo alinhar mais estritamente o desempenho de cada gestor com os resultados pretendidos pela Companhia.
- Benefícios diretos e indiretos – correspondem benefícios diversos tais como seguro de vida em grupo e plano de saúde, tendo como objetivo dar melhores condições de qualidade de vida, trazendo como consequência uma satisfação na busca pelos resultados da organização.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

No caso do Conselho Fiscal, a remuneração fixa anual corresponde a 100% da remuneração total anual, conforme já mencionado anteriormente.

No caso da Diretoria Estatutária, a remuneração fixa média anual é de 50% e o restante como remuneração variável.

ii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O reajuste da remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária é definido pela Assembleia.

O reajuste da remuneração fixa da diretoria não estatutária é definido anualmente, de acordo com a política salarial dos empregados da Companhia, enquanto que a variável é definida com base em metas a serem atingidas através de seu plano de participação nos resultados(PPR).

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades do cargo, sua senioridade, práticas de mercado e nível de competitividade da Companhia.

v. Existência de membros não remunerados pela companhia e a razão para esse fato

Não há membros efetivos do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária que não são remunerados.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A Companhia não possui indicadores de desempenho para a determinação dos elementos de remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

Quanto à participação nos resultados, anualmente a Companhia, em seu planejamento orçamentário, fixa os objetivos a serem alcançados, determinando, a partir deles, as metas corporativas, bem como, os critérios de remuneração variável, aplicável quando do alcance de tais metas, exclusivamente à Diretoria Não Estatutária.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A única parcela da remuneração estruturada para refletir a evolução de indicadores de desempenho é a remuneração variável conferida à diretoria não estatutária, a qual será tanto maior quanto for o alcance dos objetivos orçamentários definidos, conforme já mencionado anteriormente.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O alinhamento aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo se dá na medida em que a remuneração, seguindo os parâmetros de mercado, estimula a manutenção dos melhores talentos, mantém-se

compatível com as responsabilidades atribuídas a cada gestor, e estimula a produção de resultados e o alcance de objetivos empresariais conforme o plano estratégico da Companhia.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existem remunerações suportadas por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2. Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, conforme tabela abaixo:

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal					
Descrição	Ano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	2016	7	2	5	14
Salário ou Prólaboro	2016	224.436,50	3.758.182,94	271.248,95	4.253.868,39
Participação Lucros	2016	-	3.230.143,28	-	3.230.143,28
Total remuneração		224.436,50	6.988.326,22	271.248,95	7.484.011,67
Nº de Membros	2015	7	2	3	12
Salário ou Prólaboro	2015	211.986,25	3.765.102,54	153.720,99	4.130.809,78
Participação Lucros	2015	-	3.765.102,54	-	3.765.102,54
Total remuneração		211.986,25	7.530.205,08	153.720,99	7.895.912,32
Nº de Membros	2014	7	2	3	12
Salário ou Prólaboro	2014	209.813,68	3.625.154,70	142.718,34	3.977.686,72
Participação Lucros	2014	-	3.625.154,70	-	3.625.154,70
Total remuneração		209.813,68	7.250.309,40	142.718,34	7.602.841,42

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não há remuneração variável para o Conselho Fiscal da Companhia.

a. Órgão: Conselho de Administração e Diretoria Estatutária

b. Número de membros: 07 (Sete).

c. Em relação ao bônus: Não aplicável

- i. valor mínimo previsto no plano de remuneração: N/A*
- ii. valor máximo previsto no plano de remuneração: N/A*
- iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas: N/A*
- iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais: N/A*

d. em relação à participação no resultado:

- i. valor mínimo previsto no plano de remuneração: N/A*
- ii. valor máximo previsto no plano de remuneração: N/A*
- iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas: N/A*
- iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais: R\$ 10.620.400,52.*

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não há previsão de lançamento de plano de remuneração baseado em ações para o ano de 2017.

13.5. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não reconheceu remuneração baseada em ações no resultado nos 03 últimos exercícios sociais, em razão das considerações feitas no item 13.4., e não prevê o lançamento de nenhum outro Programa de remuneração baseado em ações para o exercício de 2017.

13.6. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária em 31 de dezembro de 2016

Em 31 de dezembro de 2016 não havia nenhuma opção em aberto de membro do conselho da administração e da Diretoria Estatutária.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a

explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável

13.9. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
Nome do Acionista	Nº ações Ordinárias	% Ordin.	Nº ações Preferenciais	% Pref.	Nº ações Totais	% Totais
OVANDI ROSENSTOCK	4.880.460	17,90	2.494.285	6,82	7.374.745	11,56
WALDIR CARLOS SCHULZ	7.295.982	26,76	2.494.280	6,82	9.790.262	15,34
GERT HEINZ SCHULZ	7.284.997	26,72	2.494.280	6,82	9.779.277	15,32
MARIO KRUGER	-	-	10	0	10	0
SÉRGIO EDUARDO FERREIRA RODARTE	-	-	3.025.630	8,28	3.025.630	4,74
TOTAIS	19.461.439	71,38	10.508.485	28,74	29.969.924	46,96
DIRETORIA ESTATUTÁRIA						
Nome do Acionista	Nº ações Ordinárias	% Ordin.	Nº ações Preferenciais	% Pref.	Nº ações Totais	% Totais
OVANDI ROSENSTOCK	4.880.460	17,90	2.494.285	6,82	7.374.745	11,56
WALDIR CARLOS SCHULZ	7.295.982	26,76	2.494.280	6,82	9.790.262	15,34
TOTAIS	12.176.442	44,66	4.988.565	13,65	17.165.007	26,90
CONSELHO FISCAL						
Nome do Acionista	Nº ações Ordinárias	% Ordin.	Nº ações Preferenciais	% Pref.	Nº ações Totais	% Totais
DANIEL VAZ RODARTE	0	-	70	0	70	0
TOTAIS	0	0	70	0	70	0

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável.

13.11. Valor da maior, da menor e valor médio da remuneração individual do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, conforme tabela abaixo:

13.11 - Remuneração Individual máxima, mínima e média do conselho de administração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal									
Descrição	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Nº de Membros	7	7	7	2	2	2	5	3	3
Valor da maior remuneração (Reais)	44.887,30	42.397,25	39.907,95	3.494.663,11	3.765.102,54	3.625.154,70	54.249,79	51.240,33	48.231,84
Valor da menor remuneração (Reais)	44.887,30	17.919,10	6.319,54	3.494.663,11	3.765.102,54	3.625.154,70	54.249,79	51.240,33	46.254,66
Valor médio da remuneração (Reais)	32.062,36	30.283,75	29.973,38	3.494.663,11	3.765.102,54	3.625.154,70	54.249,79	51.240,33	47.572,78

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e consequências financeiras para o emissor.

Não há apólices de seguro contratadas que estruturam instrumentos de remuneração ou indenização aos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão atribuída a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores do emissor

Nenhum Membro do Conselho da Administração, Fiscal e da Diretoria Estatutária que recebeu remuneração no exercício de 2016 é parte relacionada aos Controladores Diretos ou Indiretos.

13.14. Indicação dos valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam

Nenhum membro do Conselho da Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho fiscal recebeu da Companhia remuneração adicional por quaisquer outros serviços prestados.

13.15. Indicação dos valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão

Os controladores, diretos ou indiretos, as sociedades sob controle comum e as controladas da Companhia não remuneraram membros do conselho de administração nem a diretoria estatutária e nenhum outro órgão da administração.

13.16. Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes adicionais àquelas já mencionadas

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Atendendo as disposições e normas previstas na Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM 481/2009, bem como, disposições complementares, a Diretoria apresenta o que segue:

1. O Lucro Líquido auferido no exercício de 2016 foi de R\$ 30.649.592,92.
2. O montante global dos Dividendos é de R\$ 6.468.187,32 e o valor por ação de dividendos é de R\$ 0,105935058 para as Ações Preferenciais e de R\$ 0,096304598 para as Ações Ordinárias incluindo os Juros sobre Capital Próprio pago em 30/11/16.
3. Os dividendos Propostos contemplam o percentual de 25% sobre o lucro ajustado de R\$ 25.872.749,28(Lucro Líquido R\$ 30.649.592,92 – R\$ 1.532.479,65 Reserva Legal – R\$ 3.244.363,99 Reserva de Incentivos Fiscais).
4. Não foram distribuídos dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.
5. Deduzidos os juros sobre capital próprio pago antecipado:
 - a) Segue no quadro abaixo o saldo do valor bruto de dividendo de 2016, de forma segregada, por ação de cada espécie:

Dividendo Bruto - 2016				
Classe	Valor Bruto	Valor por Ação		
Preferenciais	3.842.811,81	0,105935058		
Ordinárias	2.625.375,51	0,096304598		
TOTAL	6.468.187,32			
Juros S/Capital Próprio pagos - 30/11/2016				
Classe	Valor Bruto	Valor Líquido de IRF	Valor por Ação Bruto	Valor por Ação Líquido
Preferenciais	3.042.142,25	2.683.980,58	0,083791814	0,073926721
Ordinárias	2.076.602,23	1.832.116,85	0,076174376	0,067206110
TOTAL	5.118.744,48	4.516.097,43		
Saldo Dividendo a Pagar referente Exercício 2016				
Classe	Valor Bruto	Valor por Ação		
Preferenciais	1.159.755,22	0,031971052		
Ordinárias	792.334,67	0,029064593		
TOTAL	1.952.089,89			

- b) Ações preferenciais tem dividendo 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias.
- c) O pagamento dos dividendos está previsto para até o dia 30/06/2017.
- d) Não há atualização e juros sobre os dividendos a serem pagos.
- e) Em 25/10/2016, através de Reunião do Conselho de Administração, foi autorizado o pagamento de dividendos sob a forma de Juros Sobre Capital Próprio no valor líquido de R\$ 4.516.097,43, e que foi disponibilizado a partir de 30/11/2016 aos acionistas.

- f) Data da declaração de pagamento dos dividendos considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento: Será considerada a data da realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre os dividendos em 26/04/17.

6. Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Segue abaixo tabela comparativa indicando os valores por ação de cada espécie e classe:

Exercício	Lucro Líquido	Lucro por Ação	Classe	Dividendos	Valor por Ação	Juros S/Capital Próprio	Valor por Ação
2.016	30.649.592,92	0,499682412	PN	1.159.755,22	0,031971052	2.683.980,58	0,073926721
		0,454256738	ON	792.334,67	0,029064593	1.832.116,85	0,067206110
2.015	48.099.184,94	0,784164305	PN	1.713.467,24	0,047195205	5.751.994,64	0,158431140
		0,712876641	ON	1.169.632,98	0,042904732	3.927.157,25	0,144028309
2.014	54.067.723,99	0,881469806	PN	2.797.575,76	0,076640116	5.678.558,45	0,155362585
		0,801336187	ON	1.899.738,83	0,069672833	3.851.094,58	0,141238714
2.013	61.497.380,14	1,002595999	PN	6.581.149,11	0,180057379	3.862.743,75	0,105682783
		0,911450908	ON	4.463.236,76	0,163688526	2.619.642,24	0,096075257

8. Destinação de Lucros à Reserva Legal:

- O montante destinado à reserva legal é de R\$ 1.532.479,65.
- O cálculo da reserva legal consiste na aplicação do percentual de 5%(cinco por cento) sobre o lucro ajustado de R\$ 30.649.592,92.

9. A companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. Dividendo obrigatório

- Descrição da forma de cálculo prevista no estatuto Social referente aos dividendos obrigatórios:

ARTIGO 29 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer destinação, sucessivamente e na seguinte ordem: (a) Os prejuízos acumulados; (b) A provisão para o Imposto de Renda; (c) Uma participação, até o limite legal, a ser partilhada entre os integrantes da Diretoria, devendo sua distribuição ser definida de comum acordo. **ARTIGO 30** - Após apurado, na forma do artigo anterior, o lucro líquido do exercício, deste será deduzido o montante de 5% (cinco por cento) para a formação da Reserva Legal, até que deixe de ser obrigatória, ou seja, quando tal fundo atingir 20 % (vinte por cento) do capital social; e, se for o caso, serão também abatidos valores adequados para formar as reservas previstas e definidas em lei. **ARTIGO 31** - O dividendo obrigatório é fixado em 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, apurado na forma dos Artigos 29 e 30, previamente acrescido das verbas previstas em lei. **ARTIGO 32** - Sobre o lucro que remanescer após as deduções dos artigos anteriores serão calculados e deduzidos os dividendos obrigatórios a distribuir, respeitado o disposto no Artigo 4º, Parágrafo Terceiro, deste Estatuto, destinando-se então, o saldo final, seja para distribuição suplementar, seja para constituir uma Reserva para Aumento de Capital, observando que a finalidade desta é propiciar o permanente

desenvolvimento da Companhia, pelo sistemático reinvestimento de uma parcela de lucros, limitada, dita reserva, a um montante igual a 80% (oitenta por cento) do próprio capital da Companhia. Esta reserva, em conjunto com as demais, não poderá exceder o valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao capital social. ARTIGO 33 - O montante dos juros a título de remuneração do capital próprio que vier a ser pago por opção da Companhia, na forma do artigo 9º, da Lei 9249, de 26.12.95, poderá ser, a critério do Conselho de Administração, deduzido do valor do dividendo obrigatório de que trata o artigo 31, conforme faculta o parágrafo sétimo, do mesmo artigo 9º, da referida Lei.

- b) Os dividendos obrigatórios estão sendo pagos integralmente.
- c) Não há retenção de dividendos.

11. Não há retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.
12. Não há destinação do resultado para reserva de contingências.
13. Não há destinação do resultado para lucros a realizar.
14. Em acordo com o Artigo 32 do Estatuto da Companhia, foi transferido para a conta de Reserva para Aumento de Capital, o valor de R\$ 22.220.800,95, sendo R\$ 19.404.561,96 referente destinação do Lucro do Exercício e R\$ 2.816.238,99 referente à realização do custo atribuído.
15. Não há retenção de lucros prevista em orçamento de capital.
16. Foi destinado o valor de R\$ 3.244.363,99 para a reserva de incentivos fiscais na Controladora, este valor corresponde as receitas com subvenção de investimento. Este direito foi adquirido junto ao Estado de Santa Catarina, através do protocolo de intenções que as partes celebraram entre si, onde a companhia compromete-se a investir em bens do ativo imobilizado.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
SCHULZ S.A.
Joinville -SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **Schulz S.A.** (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da **Schulz S.A. e suas controladas** (Consolidado), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Schulz S.A.** (Companhia) e da **Schulz S.A. e suas controladas** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

. Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

Considerando o atual cenário econômico que passa o País, onde inúmeras empresas apresentam-se com dificuldades financeiras, a inadimplência tornou-se um tema de grande preocupação. Conforme a nota explicativa 6 – Clientes, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2016, saldo a receber de clientes no montante de R\$ 157.203 mil (R\$ 186.584 mil em 31.12.2015) e R\$ 161.525 mil (R\$ 189.172 mil em 31.12.2015) na Controladora e no Consolidado, respectivamente. Sobre esses créditos tem constituído provisão no valor de R\$ 6.543 mil (R\$ 6.967 mil em 31.12.2015) e R\$ 6.869 (R\$ 7.358 mil em 31.12.2015) nas demonstrações financeiras da Controladora e no Consolidado, respectivamente. Para fins de mensuração a Companhia lista todos os créditos vencidos há mais de 30 dias e avalia a situação desses créditos, se realmente em atraso, histórico de negociação com o cliente e sua situação financeira com apoio da área de Crédito, onde a partir de então, determina o valor da provisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação do contas a receber que são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Testamos, através dos relatórios financeiros, políticas de créditos e cobrança e mediante testes documentais e consultas junto aos clientes (circularização), a veracidade dos valores registrados contabilmente. Com base nas premissas utilizadas pela Companhia, avaliamos com precisão os cálculos para reconhecimento e mensuração das perdas no recebimento de créditos, o histórico das negociações com os principais clientes em termos de relevância do crédito e histórico de perdas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação da Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

. Estoques – produtos acabados de difícil realização

Conforme a nota explicativa 7 – Estoques, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2016, saldo de impairment de produtos acabados no montante de R\$ 4.528 mil (R\$ 8.286 mil em 31.12.2015) na Controladora e no Consolidado. Considerando a redução da atividade industrial no Brasil, a Companhia procedeu a revisão na lista de seus produtos em consonância com as maiores necessidades do mercado. Não obstante, ocorrem situações, que fazem parte do processo do mercado em que a Companhia atua, que o planejamento de produção e vendas acabam não se concretizando, gerando estoques de realização lenta ou de difícil realização. A Companhia, por sua vez, periodicamente, apura esses estoques mediante relatório específico e procede o registro do valor do impairment de produtos acabados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação dos estoques que estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Para avaliarmos o impairment de produtos acabados, obtivemos o relatório dos estoques sem movimento há mais de 180 dias, testamos a sua valoração e efetuamos inspeções físicas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração dos valores do impairment dos estoques são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

. Estoques e custos de produção

Conforme a nota explicativa 7 – Estoques, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2016, saldo de estoques produtos acabados, em elaboração e em consignação (em poder de terceiros) no montante de R\$ 56.953 mil (R\$ 57.007 mil em 31.12.2015) e R\$ 61.798 mil (R\$ 63.562 mil em 31.12.2015) na Controladora e no Consolidado, respectivamente. Considerando a redução da atividade industrial no

Brasil, pelo menos, nos últimos três anos, a Companhia antecipadamente tomou ações de redução de custos em todos os níveis (chão de fábrica, administração, comercial, etc.), com redução de quadro de pessoal, redução de jornada de trabalho, investimentos em maquinário com maior produtividade entre outros, com o objetivo, principalmente de reduzir seus custos fixos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação dos estoques que estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Para avaliarmos se os itens estão valorados corretamente, testamos o cálculo do custo médio dos estoques, do custo de produção do período, do custo do produto vendido e o cálculo do custo minuto, bem como, avaliamos os apontamentos de produção e os critérios de rateio dos gastos indiretos. Efetuamos ainda, acompanhamento dos procedimentos de inventário, bem como inspeção in loco para avaliação da acuracidade dos itens. Realizamos procedimento de circularização dos saldos de estoques da Companhia em poder de terceiros, objetivando assegurar os valores registrados contabilmente e divulgados em 31/12/2016. Consideramos também a adequação das divulgações (nota explicativa 7) efetuadas em relação aos estoques.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração dos valores dos estoques são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

. Contingências trabalhistas

Conforme a nota explicativa 16 – Provisões de contingências, a Companhia possui constituída provisão sobre processos em andamento de natureza trabalhista cuja estimativa de perda provável é de R\$ 1.245 mil (R\$ 2.222 mil em 31.12.2015), na Controladora e no Consolidado. Esses processos são acompanhados pelo Departamento Jurídico da Companhia, bem como, por seus assessores jurídicos externos, os quais mantêm estreito relacionamento com o Departamento de Recursos Humanos com o objetivo de evitar descumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, principalmente em razão do processo de redução de custos com pessoal e redução de jornada de trabalho executado pela Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão, na base de testes, dos vários processos de rescisão de contrato de trabalho, envolvendo cálculos rescisórios (salários, horas extras, insalubridade, periculosidade, adicionais, etc.), recolhimentos de tributos, homologações sindicais, pagamentos entre outros, bem como, revisão da elaboração das folhas de pagamentos mensais e suas aprovações, verificação dos acordos coletivos e acordos de redução de jornada de trabalho. Procedemos o confronto dessas informações com os registros contábeis e efetuamos entrevista e consulta formal junto ao Departamento Jurídico e assessores jurídicos externos.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração dos valores de provisão para contingências trabalhistas são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse

Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas comparativas de 31 de dezembro de 2015

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Schulz S.A.** do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas comparativamente, foram auditadas por outros auditores independentes, conforme relatório dos auditores independentes sem modificação em 22 de fevereiro de 2016.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as

consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville (SC), 20 de janeiro de 2017.

ALFREDO HIRATA

Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP



MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da Schulz S.A., com base no parecer dos auditores independentes, tendo examinado o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, são de parecer que as demonstrações examinadas representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia e o resultado de suas operações, estando, portanto, esses documentos em condições de serem submetidos à apreciação dos senhores acionistas.

Joinville (SC), 16 de março de 2017

Paulo Eduardo Dias da Costa
Membro do Conselho Fiscal
Daniel Vaz Rodarte
Membro do Conselho Fiscal
José Antonio Martins
Membro do Conselho Fiscal
Celso Meira Júnior
Membro do Conselho Fiscal

SCHULZ S.A.

Proposta a ser submetida à AGO em 26/04/2017

Orçamento de Capital

Exercício - 2017

	R\$ Mil
1 - Fontes de Recursos	503.422
1.1 - Recursos próprios(Reserva Estatutária p/Reinvestimentos Art.32 Estatuto - Exercício)	20.006
1.2 - Recursos próprios(Reserva Estatutária p/Reinvestimentos Art. 32 Estatuto - Anos anteriores)	101.012
1.3 - Recursos próprios(Caixa e Aplicações)	247.093
1.4 - Recursos de terceiros(novos financiamentos)	100.000
1.5 - Depreciações e amortizações	35.311
2 - Necessidades de Caixa previstos em 2017	503.422
2.1 - Investimentos em expansão e desenvolvimento de produtos	30.000
2.2 - Recursos para Capital de Giro	293.814
2.3 - Liquidações de financiamentos em 2017	179.608